



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

CONTRATO Nº 243/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 115/2022.

Por este instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE CANGUÇU**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Francisco Carlos dos Santos nº 240, inscrito no **CNPJ** sob nº **88.861.430/0001-49**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **Sr. MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado nesta cidade a Rua João de Deus Nunes nº 405, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **VCG TECNOLOGIA EM SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI ME**, estabelecida à AV. Coronel Gastão H. Mazon, nº 111, na cidade de Porto Alegre/RS, inscrito no **CNPJ** sob o nº. **25.244.011/0001-48**, por seu representante legal, Venor Carlos Gomes, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tem justo e acordado, celebrar o presente contrato, oriundo dos saldos remanescentes da **Ata de Registro de Preços nº 205/2022** para Contratação de Empresa para locação de veículos celebrada em 14/10/2022, conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

O objeto deste contrato é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos, com e sem motorista, para atender aos múltiplos serviços e demandas das diversas secretarias que compõe a Administração Municipal, com os saldos remanescentes da Ata de Registro de Preços nº **205/2022**, conforme segue:

Código	Descrição	Un	Quantidade	Nº Item	Lote	Valor unit.
66910	LOCAÇÃO DE VEÍCULO DE PASSEIO, 7 LUGARES, COM MOTORISTA, 4 PORTAS, DIREÇÃO HIDRÁULICA, AR CONDICIONADO, MÍNIMO 1.4 DE 100 CV, MOTORISTA POR CONTA DA PROMITENTE CONTRATADA, QUILOMETRAGEM 10.000 KM/MÊS, MAIS COMBUSTÍVEL E PLOTAGEM COM BRASÃO DO MUNICÍPIO	un	24	1	3	17.500,0000
66911	LOCAÇÃO DE VEÍCULO DE PASSEIO, 05 LUGARES, COM MOTORISTA, 4 PORTAS, DIREÇÃO HIDRÁULICA, AR CONDICIONADO, MÍNIMO 1.4 DE 100 CV, MOTORISTA POR CONTA DA PROMITENTE CONTRATADA, QUILOMETRAGEM 10.000 KM/MÊS, MAIS COMBUSTÍVEL E PLOTAGEM COM BRASÃO DO MUNICÍPIO	un	24	1	4	16.400,0000

O valor total do objeto oriundo deste contrato será de **R\$ 813.600,00 (oito centos e treze mil e seiscentos reais)**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA:

O presente contrato terá início em **15/10/2023**, vigorando pelo prazo de **12 meses**, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da administração, devendo ser observado o artigo 40, XI da Lei 8666/1993, ficando fixado IPCA acumulado dos últimos 12 meses como índice.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO:

3.1 O pagamento será realizado até o décimo dia útil ao mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante a entrega da nota fiscal discriminada conforme a nota de empenho onde deverá constar o número da conta, agência, banco correspondente ao CNPJ participante da referida licitação, não será aceito a emissão de boleto para o pagamento.

3.2 A Nota Fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.



3.3 Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4 As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.4.1 Juntamente com a Nota Fiscal, a promitente fornecedora deverá apresentar o Certificado de regularidade do FGTS e CND do INSS e outros documentos que possam ser exigidos pela Municipalidade.

3.5 O CNPJ da promitente fornecedora constante da nota fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6 Nenhum pagamento será efetuado a promitente fornecedora enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, EXIGÊNCIA DO VEÍCULO E OBSERVAÇÕES GERAIS

4.1 O serviço deverá ser executado no prazo de 12 meses, em viagens dentro e fora do perímetro urbano de Canguçu – RS.

4.2 Os veículos ofertados deverão ter motor flex (álcool e gasolina) com capacidade para uso dos dois tipos de combustível ao mesmo tempo

4.3 Todos os veículos que serão locados por essa Administração deverão estar em excelente estado de conservação, reservando-se à esta o direito de efetuar vistoria nos veículos antes da assinatura da ata contrato.

4.4 Os veículos ficarão à disposição das SECRETARIAS MUNICIPAIS em tempo integral, ou seja, 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante todo o período de vigência do contrato, exceto os que rodam por quilometro rodado.

4.5 Os veículos não terão franquia de quilometragem.

4.6 Os veículos deverão ter Seguro Total, sem ônus para essa Administração Municipal.

4.7 No caso de problemas mecânicos, acidentes ou outras indisponibilidades, a promitente contratada deverá substituir o veículo por outro com as mesmas especificações ou superior, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem nenhum ônus adicional para as Secretarias, pelo período que for necessário.

4.8 Os veículos serão inspecionados pelo responsável do Setor de Transporte, em conjunto com a central de veículos, após assinatura da ata contrato e será emitido um Laudo de aptidão para prestação dos serviços e este integrará a respectiva ata contrato.

4.9 Os veículos a serem fornecidos pela empresa contratada não poderá ter mais de 02 (dois) anos da data de fabricação;

4.10 Os veículos deverão conter plotagem com brasão do município;

4.11 Os veículos após o aceite e emissão do laudo de vistoria deverá ser entregue na Central de Veículos e Transporte de Canguçu, ou em local que esta determinar.

4.12 Caso seja necessário manutenção, a promitente contratada deverá realizar serviço em mecânica com no máximo de 60 km do município de Canguçu;

4.13 Haverá um termo de recebimento e devolução constando a data e o horário, subscrito pelas partes;

4.14 Quando das revisões recomendadas pelo fabricante ou quando da execução dos serviços de que trata o item acima, a promitente contratada, deverá providenciar a retirada e entrega do veículo nas dependências da Secretaria da qual o mesmo está vinculado.

4.15 No caso de revisões obrigatórias pelo fabricante, a promitente contratada obriga-se a deixar outro veículo similar ou superior no lugar do veículo retirado;

4.16 Havendo necessidade de utilização do seguro dos veículos, o pagamento da franquia, se houver, ficará por conta da promitente contratada;

4.17 A Prefeitura Municipal de Canguçu RS, reserva-se o direito de efetuar sempre que for necessário, para verificação do desempenho dos veículos, podendo solicitar da promitente contratada a substituição imediata daqueles veículos que não estejam atendendo ao contrato.

4.18 A promitente contratada se obriga a apresentar os veículos em até 03(três) dias, após a solicitação da Secretaria requisitante.

4.19 Todos os veículos deverão conter rastreadores de veículo (ponto exato do veículo, relatório de perda, distância percorrida, percurso percorrido, indicação de velocidade máxima) com acesso da promitente contratante por meio de login e senha.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



São obrigações da **PROMITENTE CONTRATADA**:

- a) Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção da prestação do serviço contratado, exceto quando isso ocorrer por exigência da promitente contratante ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias devidamente comunicadas à contratante no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
- b) A promitente contratada obriga-se a exigir e fiscalizar a conduta de dirigir de seus motoristas e operadores de forma a oferecer equipamentos, manter a segurança dos funcionários e quanto as reclamações levadas ao seu conhecimento, ocasião em que tomará as providências necessárias para a regularização da situação e não repetição dos fatos que gerarem as reclamações.
- c) A promitente contratada obriga-se a substituir os veículos quebrados ou defeituosos no prazo de **até 24 (vinte e quatro) horas após a constatação do fato**, a contar da comunicação efetuada pela promitente contratante, providenciando imediatamente meios compatíveis para complementação do traslado interrompido, sendo a substituição obrigatoriamente por veículo semelhante, possuindo as mesmas características, ao substituído.
- d) A promitente contratada garantirá o comportamento moral e profissional de seus empregados, cabendo responder integral e incondicionalmente por todos os danos e/ou atos ilícitos resultantes de ação ou omissão destes, inclusive por inobservância de ordens e normas da promitente contratante.
- e) A promitente contratada deverá, obrigatoriamente, alocar um preposto que permanecerá em período normal de expediente à disposição, para representá-la junto à promitente contratante, o qual terá amplos poderes para responder pelos serviços a serem contratados, sendo responsável pela coordenação, administração e supervisão do seu pessoal e por qualquer comunicação junto à promitente contratante. Em hipótese alguma, qualquer funcionário da promitente contratada que não o preposto ou o representante legal, poderá reivindicar decidir ou manifestar-se por atos ou decisões da promitente contratada e/ou promitente contratante.
- f) Todas as despesas com a manutenção dos veículos (filtros, pneus, óleo lubrificante, e outros, lavagem, combustível, **quando tratar-se dos lotes 03,e 04**, onde prevê serviço com motorista, bem como os encargos e despesas com funcionários(alimentação e hospedagem);
- g) Todas as despesas com a manutenção dos veículos (filtros, pneus, óleo lubrificante, e outros), **quando se refere aos lotes 01,02**, locação sem motorista e com KM livre;
- h) Manter, durante o tempo da execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação (Art. 55, Inciso XIII da Lei n.º 8.666/93).
- i) A promitente contratante não se responsabilizará por prejuízos de qualquer natureza, proveniente de ação dos prepostos da promitente contratada, e será de inteira responsabilidade da promitente contratada, qualquer dano causado pela atuação da promitente contratada a serviço deste órgão, bem como prejuízos causados a terceiros.
- j) Observar na execução do contrato, os princípios de boa técnica e qualidade;
- k) Quando da realização do contrato, submeter-se à fiscalização do Município;
- l) A promitente contratada não poderá transferir a outrem as obrigações assumidas.
- m) A promitente contratada deverá disponibilizar os serviços sempre que a prefeitura solicitar.
- n) A promitente contratada deverá atender todas as normas regulamentadoras referentes aos procedimentos e equipamentos de proteção coletiva e individual, dando todas as condições de proteção e segurança ao seu pessoal que irá executar os serviços.
- o) Todos os serviços serão solicitados à promitente contratada através de empenho, sendo vedado à promitente contratada executar serviços por conta própria.
- p) Não possuir débitos em atraso junto ao Município de Canguçu;
- q) executar o fornecimento de acordo com os ajustes pactuados neste contrato correspondente;
- r) observar na execução do contrato, os princípios de boa técnica e qualidade;
- s) quando da realização do contrato, submeter-se à fiscalização da CONTRATANTE;
- t) utilizar seus equipamentos e fornecer os materiais necessários à execução do objeto, com despesas as expensas da CONTRATADA;
- u) responder pelos prejuízos ou danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, seja esta consequência de culpa ou dolo próprio ou de seus propostos ou auxiliares;
- w) Não possuir débitos em atraso junto ao Município de Canguçu;

Parágrafo único. A CONTRATADA não poderá transferir a outrem as obrigações assumidas neste contrato.

DAS MULTAS:

- x) Dos lotes 03 e 04 as multas serão de responsabilidade da promitente contratada, cabendo essa tomar as devidas providencias para com os condutores;



CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE tem a obrigação de cumprir este contrato, na forma legal e segundo as disposições previstas no edital correspondente e neste instrumento contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DO CONTRATO

O Proponente poderá ter o seu contrato suspenso ou cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

I - A pedido, quando comprovar, mediante solicitação expressa, estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório.

II - Por iniciativa da Administração quando:

- a) o fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços, inclusive não realizando a entrega da mercadoria no prazo contratado;
- b) o fornecedor não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não tenha retirado o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar a sua justificativa;
- c) o fornecedor der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;
- d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato ou instrumento equivalente decorrente do registro de preços;
- e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

Parágrafo primeiro. A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado será realizada pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante nos autos que deram origem ao registro de preço.

Parágrafo segundo. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será realizada por publicação na imprensa oficial do Município, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir da publicação.

Parágrafo terceiro. A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração, se apresentada com antecedência de 10 (dez) dias da data da convocação para firmar contrato de fornecimento pelos preços registrados, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

a) A recusa injusta da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Município, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades aqui previstas.

b) Pelo descumprimento total ou parcial da entrega dos equipamentos, a autoridade administrativa poderá, garantida prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- b.1) Advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;
- b.2) multa nas formas previstas no item c e d (desta cláusula);
- b.3) rescisão de contrato;
- b.4) suspensão do direito de licitar junto à Prefeitura Municipal de Canguçu, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- b.5) declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com a Prefeitura Municipal de Canguçu.

c) Será aplicada multa de 0,1% (um décimo por cento) do valor total do contrato, por dia de atraso e descumprimento das obrigações estabelecidas no presente edital, até o máximo de 10 (dez por cento), a ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da notificação oficial da contratada.

d) Será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total ou parcial do contrato, a ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da notificação oficial da contratada.

As multas serão descontadas dos pagamentos e, quando for o caso, cobradas judicialmente.

As sanções previstas nos itens b.1, b.3 e b.4 do edital poderão ser aplicadas juntamente com a do item b.2, facultada defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

As despesas provenientes deste Edital correrão por conta da dotação orçamentária a seguir:

ÓRGÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUÇU

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

10.1 - Fica responsável pela fiscalização deste contrato o **Sr. Iuri Givago da Silva Barbosa**, cargo: Oficial Administrativo, matrícula: 505102/1.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1 – Integram o **presente contrato, a Ata de registro de preços nº 205/2022, o Edital de Pregão Eletrônico Nº 115/2022** e a proposta da empresa classificada em 1º lugar no certame supra numerado.

12.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8666/93, alterada pela Lei Federal 8883/94, que não colidir com a primeira e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO:

12.1 - As partes elegem o Foro da Comarca de Canguçu - RS, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas deste contrato.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento em via de igual teor e forma.

Canguçu/RS, 13 de outubro de 2023.

MARCUS VINÍCIUS MÜLLER PEGORARO
PREFEITO MUNICIPAL

VCG TECNOLOGIA EM SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI ME
CONTRATADA



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 7A0D-2763-AF4C-4C88

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



VCG TECNOLOGIA EM LOCACAO DE VEICULOS LTDA (CNPJ 44.044.298/0001-07) VIA
PORTADOR VENOR CARLOS GOMES (CPF 279.XXX.XXX-68) em 17/10/2023 16:56:11 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC REDE IDEIA RFB << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5
(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/7A0D-2763-AF4C-4C88>



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 21CA-C433-6DF9-3652

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FERNANDA DIAZ FLORES (CPF 817.XXX.XXX-91) em 18/10/2023 08:51:29 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO (CPF 008.XXX.XXX-40) em 18/10/2023 09:09:45
(GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC VALID RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5
(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/21CA-C433-6DF9-3652>